

Diferentes Arranjos Familiares na Perspectiva de Pré-Adolescentes

Lyege de Lima Borges Bastos¹  & Maria Auxiliadora Dessen² 

¹Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA, Brasil

²Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

RESUMO – Transformações econômicas e sociais, na segunda metade do século XX, acarretaram mudanças nas concepções de família. Este estudo teve como objetivo investigar a perspectiva conceitual de 40 crianças a respeito das novas configurações da família contemporânea. As crianças tinham entre 11 e 14 anos de idade, pertenciam aos arranjos nuclear e monoparental e registravam as suas próprias respostas. Os resultados indicam que a família nuclear continua sendo vista como a “mais perfeita”. As famílias recasadas e as monoparentais foram classificadas como “ruins”, enquanto as famílias extensas foram percebidas com qualificações mais positivas do que negativas. Os resultados sugerem a necessidade de investigar como as novas configurações familiares são percebidas por crianças de diferentes faixas etárias e arranjos familiares.

PALAVRAS-CHAVE: família, arranjos familiares, configurações familiares, adolescência

Different Family Arrangements from the Perspective of Pre-Teens

ABSTRACT – Economic and social changes, in the second half of the 20th century, led to changes in the conceptions of the family. This study aimed to investigate the conceptual perspective of 40 children regarding the contemporary families. The children were between 11 and 14 years old, belonged to the nuclear and single parent arrangements, and wrote their own answers. The results show that the nuclear family continues to be seen as the ‘most perfect’ family. Remarried and single parent families were classified as ‘not good’, while extended families were perceived with more positive qualifications than negative ones. The results suggest the need to investigate how new family configurations are perceived by children of different age groups and family arrangements.

KEYWORDS: family, family arrangements, family configurations, adolescência

Mudanças socioculturais e econômicas experimentadas nas décadas de 1960 e 1970 produziram significativas transformações que se refletiram na maneira de pensar e nos modos de vida em sociedade (Louro, 2000). Em consequência, registrou-se uma mudança gradual no conceito de família que estava associado ao modelo nuclear, patriarcal e burguês formado pela união do homem e da mulher com filhos, tendo seus papéis bem definidos (Louro, 2000; Oliveira, 2009). Atualmente, as mudanças tanto constitutivas quanto relacionais na estrutura e no funcionamento familiar são evidenciadas pela diversidade dos arranjos emergentes e pela maior flexibilização das relações, apostando em ideais mais democráticos e igualitários na divisão dos papéis e na mediação das funções entre os indivíduos (Arriagada, 2009; Santos et al., 2019).

As novas constituições familiares que surgiram, no Brasil, foram sendo legitimadas por meio do princípio da pluralidade familiar, a partir da Constituição Federal de 1988, artigo 226, § 4º (Brasil, 2016). Segundo a Lei Maior, famílias formadas por meio de critérios da união estável e as categorizadas como monoparentais – dada sua constituição por qualquer um dos pais e seus filhos – ganharam o reconhecimento de família perante a lei. Esse princípio propicia uma nova perspectiva de organização da sociedade, permitindo novas relações sociais (Yassue, 2010).

Os estudos contemporâneos acerca do construto família têm admitido não apenas as constituições nucleares e monoparentais, mas muitas outras possibilidades de conceber família (Dessen, 2010). Pode-se reconhecer, por exemplo, arranjos formados por famílias recasadas, cônjuges

divorciados que reconstróem seus lares com outras pessoas, famílias extensas formadas por pessoas coabitando em uma mesma casa, pessoas solteiras que decidem viver sozinhas, pessoas não casadas que coabitam, pessoas que decidem morar juntas antes da oficialização do casamento, cônjuges que moram em casas separadas, uniões homoafetivas, dentre outras. No entanto, de acordo com Rizzoto et al. (2018), o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2010, mostra que a família tradicional constituída por casal com filhos é responsável por 49,4% dos arranjos familiares; o segundo maior tipo de arranjo familiar é o de famílias monoparentais femininas (12,2%), caracterizado por um nível socioeconômico inferior, se comparado ao arranjo nuclear.

O processo de diversificação das configurações familiares e os novos padrões de relacionamentos apostaram na valorização dos aspectos afetivos nesses vínculos e nas funções de cuidado e proteção, contribuindo, gradualmente, para uma mudança no comportamento social. Entretanto, a ideia da família tradicional como uma instituição ‘sagrada’ e representativa de um padrão a ser seguido continua permeando o imaginário social e sendo mantida pelas trocas intergeracionais, conforme demonstrado por Landim e Borsa (2019). Esses autores investigaram como 108 crianças cariocas (52,8% meninos e 47,2% meninas), com idades entre cinco e 12 anos, representam graficamente e descrevem as famílias. O conteúdo dos desenhos da maior parte delas aponta a família tradicional como o modelo representativo dessa instituição. No entanto, as concepções verbalizadas estavam mais associadas aos aspectos afetivos entre os membros do que a outros aspectos como convivência e moradia.

Nessa mesma direção, o estudo de Antunes (2016) mostra que crianças com idades entre 8 e 10 anos, de ambos os sexos, pertencentes tanto a famílias nucleares quanto monoparentais, consideram a família tradicional como o modelo de família ideal, atribuindo-lhe um maior número de atributos positivos. Entretanto, para as crianças pertencentes ao arranjo monoparental, as famílias monoparentais também são capazes de lidar com adversidades e de promover o bem-estar de seus membros.

A complexidade da dinâmica da família monoparental decorre do fato de contar com a presença de um genitor apenas, sendo este responsável pelos seus descendentes no que se refere aos seus direitos básicos como: moradia, educação e alimentação. Essa modalidade de entidade familiar é instituída por vontade própria dos envolvidos, por demandas socioculturais e emocionais ou por decorrência do óbito de um dos genitores (IBGE, 2016; Saboia et al., 2012). Embora o divórcio seja indicado como uma das formas mais comuns para a constituição desse arranjo familiar, é possível admitir a monoparentalidade também como uma escolha previamente programada (Arrais et al., 2019). Independentemente das situações que promovem a formação deste tipo de arranjo, ele é marcado por fortes perdas de vínculos entre seus membros e de uma tendência à redução da renda e à sobrecarga de funções e papéis do genitor (Santos & Santos, 2009). Neste

contexto, a participação e a intervenção de outros familiares para o seu funcionamento é muito comum, com destaque para a presença constante da família extensa representada, principalmente, pela avó materna, seguida das tias e primas atuando como uma rede social de apoio às mães que chefiam suas casas e cuidam dos filhos sozinhas (Paixão, 2013; Santos & Santos, 2009).

A denominação “família extensa” ou ampliada foi reconhecida a partir da reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2009), que se configurou com a Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, com o intuito de inibir a violação dos direitos da criança e do adolescente ao acolhimento familiar, especialmente quando estes se encontravam em situações de risco. De acordo com o parágrafo único do artigo 25,

entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (ECA, 2009, p. 27)

A família extensa destaca-se no cenário contemporâneo pelo impacto que as transformações sociais geraram na família. Em muitos casos, tornou-se necessária a presença dos outros familiares como avós, tios, primos e pessoas com vínculos afetivos ao convívio da criança, seja de forma assídua ou por meio de visitas, para prestar apoio ao núcleo familiar. Nesse sentido, a presença de outras mulheres, em especial as avós maternas, é marcadamente significativa, principalmente em famílias menos abastadas (Solari, 2017). Elas contribuem para o cuidado com as crianças, para a manutenção das tarefas domésticas e, até mesmo, com recurso financeiro para o aumento da renda familiar.

Em um estudo qualitativo que objetivou descrever as percepções e os sentimentos de seis adolescentes, de idades entre 15 e 18 anos, acerca dos seus relacionamentos com as avós em situação de arranjo de coresidência (coabitação entre os pais biológicos, avós, tios (as), primos (as), etc.), Paixão (2013) concluiu que os adolescentes possuíam percepções e sentimentos positivos com relação aos cuidados oferecidos pelas avós e enfatizaram a formação de laço de afeto e solidariedade entre os diferentes membros de sua família. A autora destaca, ainda, que o arranjo de coresidência foi a alternativa encontrada por essas famílias para se adaptarem às situações de mudanças inesperadas durante o curso de vida familiar, como a gravidez precoce e o divórcio. É importante destacar que netos e avós que residem juntos estabelecem uma relação de afeto, cuidado e proteção mútuos, oportunizando aos avós a transmissão de costumes, valores e sabedoria entre as gerações (Araújo, 2019).

Em um estudo de revisão de literatura com 13 artigos científicos publicados entre 2012 a 2017, a respeito das atitudes de crianças e adolescentes sobre a velhice, com foco nas atividades intergeracionais e no papel das avós, Anjos et al. (2019) ressaltaram o suporte instrumental e emocional das

avós, bem como benefícios das intervenções intergeracionais. Enquanto os aspectos positivos são destacados entre arranjos constituídos por familiares extensivos coabitando entre si, as complexidades relacionais que se estabelecem por meio da convivência são ressaltadas entre famílias refeitas a partir de um novo casamento após o divórcio (Alves & Arpini, 2017; Bernardi et al., 2016; Oliveira & Mello, 2016; Vieira et al., 2019).

Costa e Dias (2012) enfatizam que a sociedade contemporânea foi aderindo às outras formas de relacionamentos amorosos, com a formação de novos núcleos familiares a partir de uma nova união conjugal, que se utiliza do prefixo “re”, oriundo do latim e que sugere uma repetição, algo realizado de novo, outra vez. Por essa razão, esses novos núcleos são reconhecidos como: famílias refeitas, reconstruídas, recasadas etc. Vieira et al. (2019) afirmam que facilidades legais para o divórcio, a busca por relações mais satisfatórias e a aceitação social das diversidades de configurações familiares vêm contribuindo para o aumento no número de famílias reconstituídas.

McGoldrick e Carter (1995) definem a família recasada como “um lar onde vive o casal e pelo menos um dos parceiros tem um filho do casamento anterior.” (p. 8). Entretanto, não há uma forma típica de se pensar a família recasada considerando que vários fatores interferem na caracterização deste arranjo. Costa e Dias (2012) convidam-nos a pensar na gama de relações conflituosas que podem surgir dentro dessa dinâmica familiar. No entanto, as autoras consideram que as dificuldades encontradas no funcionamento dessa família não

estão em sua composição, mas nas relações estabelecidas entre seus membros. No entanto, esses conflitos devem ser compreendidos como atravessamentos transitórios que precisam de uma maior flexibilização dos membros da nova família para favorecer os ajustamentos pessoais, relacionais e contextuais (Alves & Arpini, 2017).

Em um estudo qualitativo realizado por Vieira et al. (2019), com cinco adolescentes com idades entre 13 e 19 anos, sobre o divórcio e o recasamento de seus pais, os autores observaram que, apesar de o recasamento trazer a oportunidade de uma nova vivência familiar, facilitando demonstrar relações mais afetivas e mais seguras que as relações da família primária, o sofrimento causado pelos eventos antecedentes e a possibilidade da falta de adaptação às mudanças nos papéis familiares são reais para esses adolescentes.

O primeiro passo para se compreender as novas relações estabelecidas dentro das famílias em uma determinada sociedade é conhecer quais são as concepções de família de seus participantes. Conforme destacado anteriormente, boa parte das investigações atuais está direcionada para as concepções dos adultos, havendo uma lacuna a respeito do que crianças e adolescentes pensam a respeito de família. Assim, este estudo tem como finalidade investigar a perspectiva conceitual de crianças em transição para a adolescência, membros de famílias nucleares e monoparentais, a respeito das novas configurações da família contemporânea. Foram priorizadas as semelhanças e diferenças entre quatro modelos familiares contemporâneos: os de famílias nuclear, monoparental, recasada e extensa.

MÉTODO

Este estudo contou com a participação de 40 crianças, sendo 21 do sexo masculino (52,5%) e 19 do feminino (47,5%), todas em fase de transição para a adolescência e residentes em um município localizado no interior da Bahia. A fase de transição da infância para a adolescência é entendida como um período próprio do desenvolvimento humano, no qual ocorrem mudanças significativas que envolvem uma migração das condições de vida infantil para uma experiência de maior estabilidade e definições de papéis (Abramovay & Castro, 2015). Essas mudanças estão associadas às transformações biológicas caracterizadas pelo rápido crescimento físico e pela eclosão hormonal, além da maturação cognitiva e sexual que, em geral, ocorre entre os 11-14 anos de idade. O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador, sob o número 2.544.151.

Participantes

As crianças foram recrutadas em duas escolas, uma pertencente à rede pública estadual e a outra à rede particular de ensino. Elas tinham entre 11 e 14 anos de idade e foram subdivididas em dois grupos, em função da idade: aquelas em início da transição (GI: n=19; 47,5%) e aquelas em fase

final de transição (GF: n=21, 52,5%). Elas também foram agrupadas, para efeito de análise dos dados, em famílias nucleares (GN: n=26; 67,5%) e em monoparentais (GM: n=14, 32,5%). Os arranjos nucleares são compostos por ambos os genitores e seus filhos e os monoparentais por genitores divorciados ou separados, que cuidam da criança sem a presença do outro cônjuge.

Procedimentos para Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados consistiu em apresentar às crianças, coletivamente, cartazes feitos com cartolinas, contendo figuras representativas dos quatro tipos de famílias investigados, a saber: nuclear, monoparental, extensa e recasada. Para a confecção dessas figuras foram feitos moldes de pessoas representando ambos os sexos e diferentes idades. Em seguida, foi feita a montagem e colagem das figuras caracterizando a tipologia familiar investigada para a apresentação. Concomitantemente à apresentação dos cartazes, a pesquisadora apresentava uma definição breve de cada arranjo, de modo a garantir a padronização conceitual entre os participantes. Em seguida, foi distribuída uma folha

de resposta a cada criança, onde elas deveriam registrar o que pensavam a respeito de cada uma das tipologias, no espaço correspondente.

As categorias e subcategorias obtidas com base nas respostas das crianças foram agrupadas e classificadas por meio de atributos, a saber: positivos, neutros e negativos,

formando um único sistema de categorias para os quatro arranjos investigados. O sistema de categorias foi elaborado com base nos critérios e etapas sugeridos por Dessen e Cerqueira-Silva (2009). A Tabela 1 apresenta o Sistema de Categorias sobre ‘Percepções Acerca dos Diferentes Arranjos Familiares’.

Tabela 1

Sistema de Categorias Referente aos Diferentes Arranjos Familiares e seus Respetivos Atributos

ATRIBUTOS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Positivo	Família “Perfeita”	Melhor família/ Melhor ambiente / Boa/ Muito boa/ Legal/ Muito legal.
	Família “Feliz”	Mais Feliz que as outras/ Feliz como as outras/Feliz/ Divertida/ Interessante/ Especial.
	Família “Completa”	A mais completa/ Nunca se acaba.
	Família “Harmônica”	Unida
	Rede Social de Apoio	Família que depende uns dos outros/ Família que ajuda a quem precisa.
Neutros	Família “Tradicional”	Padrão/ Tradicional/ É a forma correta/ É o certo/ Padrão de Deus.
	Família “Normal”	Normal/ Igual às outras.
	Descrição pela Composição e Tamanho	Identificação dos componentes da família/ Grande/ Muitas pessoas/ Diversos parentes/ Pequena.
Negativos	Família “Ultrapassada e Estranha”	Antiga/ Estranha.
	Família “Não Perfeita”	Não muito boa/ Não é legal/ Ruim/ Péssima/ Injusta/ Errada/ Não deu certo.
	Família “Infeliz”	Infeliz/ Triste.
	Família “Incompleta”	Incompleta/ Falta o pai/ Família que perdeu alguém.
	Família “Não Harmônica”	Difícil/ Complicada/ Causa conflitos/ Em relação aos filhos/ Filhos isolados/ Em relação a todos.

RESULTADOS

Os resultados são apresentados levando em conta as concepções de cada grupo de crianças com base no tipo de família a qual pertencem (nuclear e monoparental: GN e GM) e em suas fases (inicial e final: GI e GF) no curso de sua transição para a adolescência. A seguir, são apresentadas as percepções das crianças sobre cada um dos arranjos familiares investigados.

Percepções Acerca da Família Nuclear

A família nuclear é identificada com um percentual maior de atributos positivos e neutros do que negativos, particularmente pelos grupos GN e GM. Enquanto os grupos GN e GM, bem como o GI, não citaram atributos negativos para o arranjo nuclear, o grupo GF mencionou este atributo apenas uma única vez, conforme mostra a Figura 1.

Dentre os atributos positivos mencionados pelo GN, merecem destaque as seguintes categorias: “família perfeita” (n = 08), “família boa/ muito boa, legal/ muito legal (n = 03) e “família que proporciona um ambiente melhor para se viver” (n = 05); já o GM enfatizou a categoria “família perfeita” (n = 05). Com relação aos atributos neutros (GN: 46,2% e GM: 28,6%), as crianças do GN destacaram a sua própria tipologia de família pela categoria “família tradicional” (n = 08), qualificando-a como: padrão (n = 04), tradicional (n = 03) e

como a forma correta de constituição familiar (n = 01). De forma semelhante, a categoria “família tradicional” (n = 02) foi apontada pelo GM, mas dando-se ênfase às pessoas que dela fazem parte (pai, mãe e irmãos) (n = 02). É interessante observar que as crianças do GF mencionaram mais atributos neutros (52,4%) do que atributos positivos (42,8%) e, apesar de ambos os grupos (GI e GF) atribuírem qualificações positivas para a família nuclear, a diferença entre os pontos percentuais deste atributo foi de 30,9% (GI: 73,7% e GF: 42,8%).

Percepções Acerca da Família Monoparental

Ao contrário do que foi observado acerca do arranjo nuclear, o monoparental recebeu mais atributos negativos do que positivos. Isto ocorreu tanto para as crianças do GN quanto GM, bem como para as crianças do GI e GF. A Figura 2 mostra o percentual atribuído pelos participantes para cada atributo referente ao arranjo monoparental.

Do total geral das frequências das categorias mencionadas dentro dos atributos negativos (n = 30), a categoria “Família não perfeita” (n = 12; 40%) foi a que obteve o maior percentual, seguida pela categoria “Família incompleta” (n = 11; 36,66%). Tanto as crianças do GN quanto as do GM identificaram a família monoparental como: “Família não perfeita” (GN: n = 09 e GM: n = 03) e “Família incompleta”

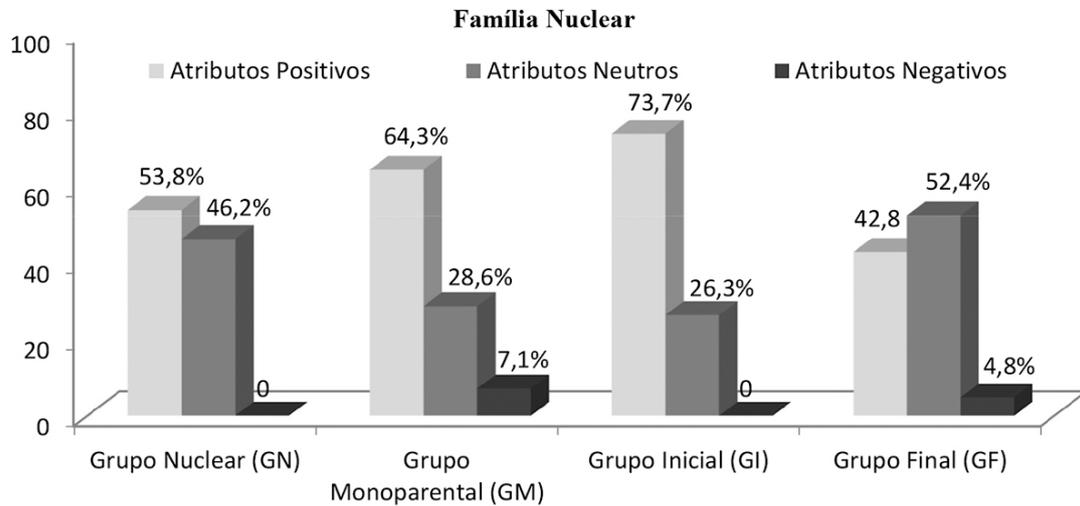


Figura 1. Percentuais dos Atributos Sobre Família Nuclear, por Grupo (GN/GM e GI/GF)

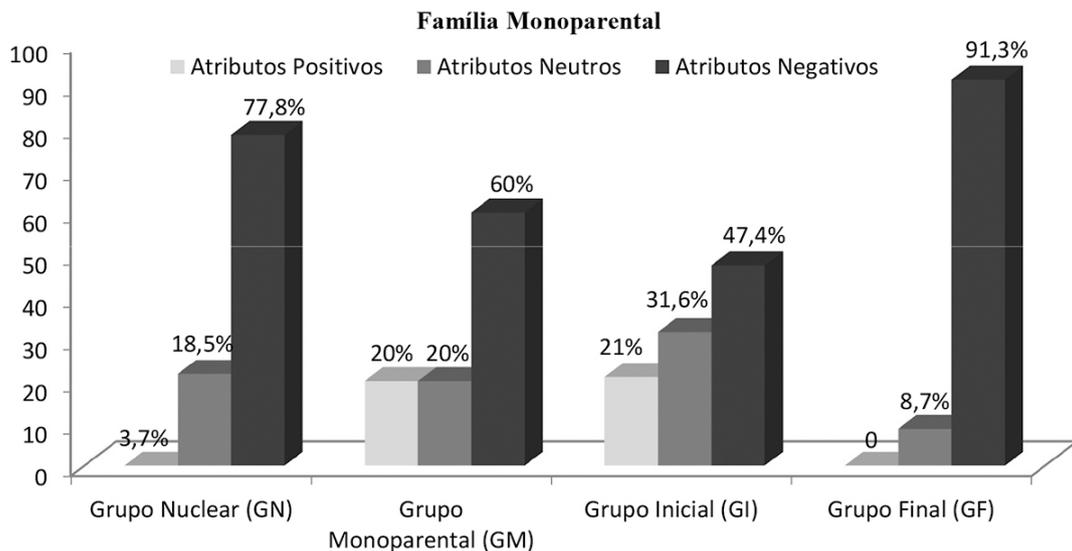


Figura 2. Percentuais dos Atributos Sobre Família Monoparental, por Grupo (GN/GM e GI/GF)

(GN: n = 07 e GM: n = 04). Na comparação entre os grupos GI e GF, este padrão foi mantido, prevalecendo os atributos negativos (GI: 47,4% e GF: 91,3%). Entretanto, a diferença em pontos percentuais (43,9%) para as qualificações negativas foi maior entre estes grupos do que entre o GN e o GM.

Apesar de atribuir, em maior percentual, qualificações negativas para esse tipo de arranjo (47,4%), o grupo GI também destacou os atributos positivos (21%) e neutros (31,6%); por outro lado, o grupo GF não mencionou atributos positivos para essa tipologia de família.

Percepções Acerca da Família Recasada

A percepção da família recasada foi similar à da família monoparental no que tange ao maior percentual de atributos negativos por parte dos participantes. Do total dos atributos mencionados para essa tipologia familiar (n = 37), as qualificações negativas correspondem a 75,35%; os atributos

neutros, a 21,53%; e os positivos, a 3,12%. A Figura 3 mostra a comparação dos percentuais dos atributos, por grupo.

É interessante observar que o percentual de qualificações negativas para a tipologia de família recasada é superior a 70% para ambos os grupos GN e GM; e as crianças da transição final foram as que emitiram mais atributos negativos. Dentre as categorias mencionadas, a família recasada é classificada como “Família não perfeita” (GN: n = 12 e GM: n = 03), “Família não harmônica” (GN: n = 06 e GM: n = 05) e “Família estranha” (GM: n = 02). Duas crianças do arranjo nuclear mencionaram que se trata de uma “Família errada, gerada pelo insucesso”. Quanto às qualificações positivas, foram pouco frequentes e emitidas apenas pelas crianças do GM e GI.

A comparação entre as percepções das crianças em fase inicial e final da transição para a adolescência (GI e GF) revelou que a família recasada também é considerada uma “Família não perfeita” (GI: n = 07 e GF: n = 08) e “Não harmônica” (GI: 03 e GF: 07). Apenas uma criança do grupo monoparental,

em início da transição, considerou essa “Família legal” e uma criança desse mesmo arranjo, mas em fase final da transição, a considerou como uma “Família igual às outras”.

Percepções Acerca da Família Extensa

A família extensa, assim como a família nuclear, é vista com mais atributos positivos do que neutros e negativos. Com base no total de todos os atributos destacados para a família extensa (n = 41), os positivos obtiveram o percentual de 63,41%; os atributos neutros, 29,26%; e os negativos, 7,31%. A Figura 4 sumariza os percentuais de cada atributo, por grupo de participantes.

A maior parte das crianças dos grupos nuclear e monoparental identificou a família extensa como “Família perfeita” (GN: n = 08 e GM: n = 07), atribuindo qualificações

como: “Boa”, “Muito boa”, “Legal”, “Muito legal”; e “Família feliz”, considerando-a além de feliz, “Divertida” e “Interessante” (GN: n = 04 e GM: n = 02). Dois grupos (GN: n = 9 e GM: n = 3) destacaram a composição familiar, identificando os seus membros (pai, mãe, tio, primo etc.) ou seu tamanho (grande, com muitas pessoas, diversos parentes). Quanto aos atributos negativos, a família extensa foi percebida como “Família não perfeita”, enfatizando atributos como: “Não muito boa”, “Ruim” ou “Péssima” (GN: n = 3). Em se tratando das crianças que estão nas fases inicial e final da transição, merece destaque a percepção de que a família extensa funciona como uma “Rede Social de Apoio” (GI: n = 03 e GF: n = 01), cujos membros dependem uns dos outros e se ajudam mutuamente.

Em suma, ambos os grupos GN e GM consideram o arranjo nuclear como muito bom e o mais capaz de oferecer

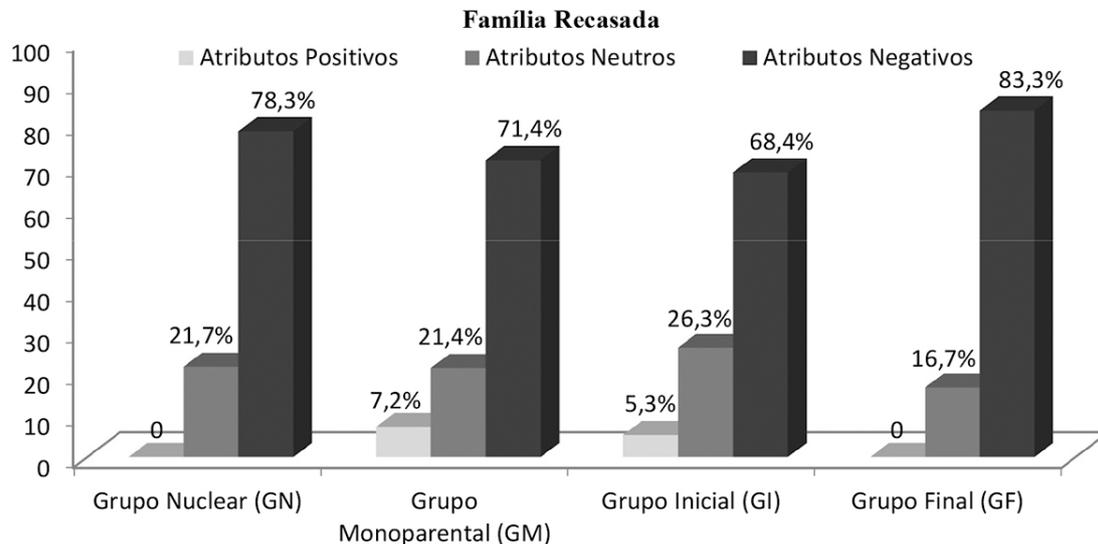


Figura 3. Percentuais dos Atributos Sobre Família Recasada, por Grupo (GN/GM e GI/GF).

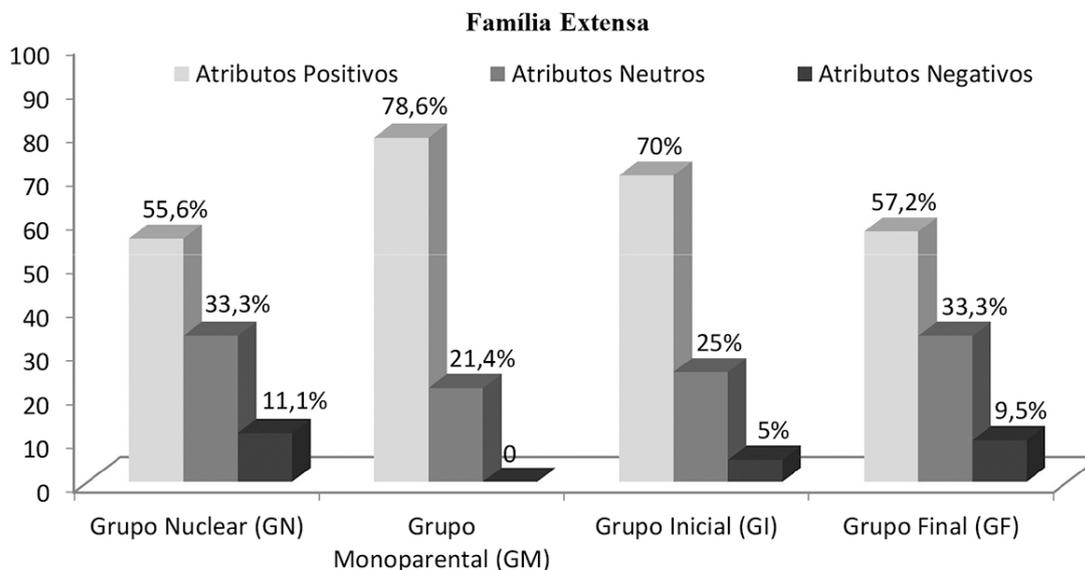


Figura 4. Percentuais dos Atributos Sobre Família Extensa, por Grupo (GN/GM e GI/GF)

um melhor ambiente para se viver. Para eles, este é o arranjo familiar mais tradicional, constituindo o padrão a ser seguido e a forma mais correta para se constituir uma família. Por sua vez, as crianças do GI atribuem mais aspectos positivos para o arranjo nuclear e as do GF enfatizam os atributos neutros por meio da categoria ‘família tradicional’. Isso significa que, para estas crianças, mesmo não sendo a mais perfeita, a família nuclear é a família mais tradicional, a família padrão. No entanto, em se tratando dos atributos positivos, ambos concordam de que se trata da família perfeita.

O arranjo monoparental, por sua vez, recebeu um percentual maior de qualificações negativas, tanto do GN quanto do próprio GM. Para eles, essa família é classificada como “Não muito boa, ruim ou péssima” e “Incompleta”, seja porque falta o pai, seja porque é uma família marcada por perdas. De forma semelhante, a comparação entre os grupos de crianças em fase inicial e final da transição revelou que, para elas, a família monoparental é caracterizada como

“Ruim ou péssima”, “Injusta” e “Incompleta”. Os atributos negativos são destacados em proporções mais elevadas pelas crianças na transição final (GF).

A família recasada é vista pelas crianças do GN e GM como uma “Família não muito boa, ruim ou péssima” e uma “Família não harmônica”, principalmente para os filhos que podem se sentir isolados. A comparação dos atributos das crianças que estão nas fases inicial e final da transição também apontam para uma tipologia caracterizada pela imperfeição e por gerar falta de harmonia e constrangimento aos filhos. Para eles, “essa família não é a melhor forma de constituição familiar”.

A família extensa é valorizada por todos os grupos, independentemente da origem da família (se nuclear ou monoparental) e da fase de transição para a adolescência (se inicial ou final). Esta tipologia de família foi considerada perfeita, feliz, divertida e compromissada em ajudar uns aos outros, quando necessário; também foi reconhecida como uma família grande, composta por muitas pessoas.

DISCUSSÃO

A análise dos dados revela que as crianças participantes deste estudo, pertencentes a ambos os arranjos familiares e fases de transição, reconhecem as variedades de arranjos existentes em nossa sociedade, na atualidade. Entretanto, elas demonstram maior aceitação por aquelas famílias que preservam o núcleo formado pelo pai, mãe e filhos concebidos pelo casamento sem histórico de separação, ainda que este núcleo seja ampliado para outros familiares extensivos. Assim, as tipologias que não atendem a esse padrão são compreendidas como ruins, imperfeitas e incompletas. Tais dados estão em consonância com a literatura (Antunes, 2016; Landim & Borsa, 2019; Laus & Borges, 2013).

Nas sociedades capitalistas, a idealização familiar foi forjada segundo o modelo conjugal nuclear burguês, que nutria estilos específicos com o cuidado e educação das crianças (Passos, 2007). Segundo o autor, esse modelo foi reforçado pela ideologia religiosa e por todo um aparato jurídico que legitimou e perpetuou um ideal de família assegurado pelos investimentos na continuidade geracional da família burguesa e dos seus valores. Por essa razão, ainda é bastante arraigada, nos dias atuais, a ideia de que a família nuclear é a ideal, a tradicional, a correta ou a que segue um padrão de Deus.

De igual forma, independente dos arranjos e das fases de transição aos quais pertencem, as crianças participantes deste estudo apresentaram similaridades em suas percepções acerca da família extensa. A família extensa, assim como a família nuclear, é vista por meio de qualificações positivas, sendo-lhe atribuída um sentido idealizado de família perfeita. Além desse atributo, a família extensa foi identificada com o status de família feliz, divertida, grande, composta por muitos membros. Esse reconhecimento confirma a importância da sua atuação enquanto uma rede social de apoio ao núcleo familiar, conforme destacado na literatura (Anjos et al., 2019; Araújo, 2019; Paixão, 2013; Solari, 2017).

O estudo realizado por Ribeiro e Cruz (2013), acerca das representações sociais de família, segundo crianças da cidade do Recife, mostra que elas também construíram representações positivadas e idealizadas acerca da família sustentada pelo modelo nuclear tradicional. Entretanto, as crianças revelaram uma perspectiva ampliada da configuração familiar, ancorada em um modelo de família extensiva, sugerindo que essa perspectiva é anunciada enquanto prática social experimentada pelas crianças participantes.

Em outro estudo realizado por Moreira et al. (2009), que investigou os significados de família por crianças baianas, as autoras identificaram que, apesar de a moradia compartilhada com a família extensa representar a realidade apenas daquelas crianças cujos pais tinham nível socioeducacional baixo, a maioria dos participantes, independente de classe ou local, descreveu a família como extensa. As autoras concluíram que a convivência e a familiarização com outros parentes não se restringiram a quem mora na casa, mas pela participação efetiva de apoio ao núcleo familiar.

Assim, é possível concluir que o apoio que os familiares extensivos têm oferecido ao núcleo familiar, independente de residirem na mesma moradia, tem sido uma realidade social, na atualidade, e tem modificado as percepções que as crianças constroem acerca da família restrita às figuras parentais. A literatura tem apontado que: quanto menor o nível socioeconômico dos pais, maior a necessidade de uma rede social de apoio por meio de outras figuras familiares (Abuchaim et al., 2016; Araújo & Aiello, 2013).

A presença da família extensa como suporte material e emocional é muito comum nas configurações monoparentais. A realidade das famílias monoparentais reflete essa demanda de coletividade, ajuda e apoio mútuo entre os familiares extensivos, em especial das avós maternas, já que o número

expressivo dessa constituição familiar tem a predominância feminina (IBGE, 2016; Santos & Santos, 2009; Solari, 2017).

Entretanto, ao contrário dos atributos positivos direcionados para as configurações descritas como extensas, a maioria dos participantes deste estudo, independentemente do tipo de arranjo e das fases de transição aos quais pertence, atribuiu um maior percentual de qualificações negativas para a configuração monoparental. A visão negativa deste arranjo pode ser decorrência da ausência de um dos pais, já que as crianças mencionaram que as pessoas dessas famílias tiveram suas “vidas ancoradas por perdas”. A relação pai-criança e mãe-criança são qualitativamente diferentes e complementares e ambas são relevantes no que tange à influência sobre o desenvolvimento e comportamento dos filhos (Arrais & Vieira-Santos, 2021). Para as crianças, particularmente aquelas da fase final da transição para a adolescência, esse arranjo é também incompleto, injusto, ruim ou péssimo.

Da mesma forma, os atributos negativos foram direcionados também para aquelas famílias recompostas por meio de um novo casamento. As crianças participantes deste estudo, quer sejam dos arranjos nucleares, quer sejam dos monoparentais, em ambas as fases de transição, concebem a família recasada como ruim e conflituosa. Elas enfatizam que a sua formação é gerada pelo histórico de insucessos de outras famílias anteriores marcadas por separações, perdas e sofrimentos. Elas ainda ressaltam a imperfeição da família recasada por gerar constrangimentos aos filhos que possuem outros genitores (Alves & Arpini, 2017; Costa & Dias, 2012).

Muito embora a família recomposta também seja uma família formada por um núcleo, a forma como foi concebida, desconstruindo a concepção religiosa do casamento como algo sagrado (Dias, 2017), faz esta tipologia se distanciar da ideia de ser uma dádiva de Deus, como é o caso da família nuclear. Interessante observar que essas crianças conservam as marcas deixadas pelo ideal religioso de que a família ideal e perfeita é representada por aquele núcleo formado por meio de um casamento que deveria ocorrer apenas uma

vez. Portanto, as famílias que rompem com esse conceito, marcadas por separações e/ou recasamentos, ainda recebem qualificações negativas e são visivelmente rejeitadas enquanto uma tipologia ideal (Alves & Arpini, 2017; Bernardi et al., 2016; Vieira et al., 2019).

Tendo em vista as diversas tipologias de famílias contemporâneas, faz-se necessário investigar melhor quais as possíveis razões para a visão de que uma formação nuclear intacta ou com a presença de familiares extensivos é considerada mais positiva e favorável para a convivência e desenvolvimento dos indivíduos, por parte das crianças em transição para a adolescência. É importante, também, verificar se tais concepções permanecem durante todo o período da adolescência e vida adulta, o que permitiria compreender melhor como esta geração transmitirá aos seus futuros filhos os valores e crenças a respeito de cada tipologia.

Da mesma forma, é preciso aprofundar as investigações sobre as famílias monoparentais e as famílias recasadas que, embora reconhecidas como novas possibilidades familiares, trazem as marcas da perda, da dor e do sofrimento. Tais informações poderiam ser úteis para o planejamento de programas de educação e intervenção com essas famílias, sobretudo de famílias recasadas cuja tipologia foi vista, tanto pelas crianças de arranjos nucleares quanto monoparentais, como não sendo capazes de promover situações favoráveis para o bem estar dos seus membros.

Portanto, é fundamental o investimento em novas pesquisas que envidem esforços para conhecer a dinâmica e o funcionamento dessas novas tipologias familiares e suas implicações para o desenvolvimento dos indivíduos e as percepções dos membros acerca dessas novas tipologias, em diferentes etapas do curso de vida e em diferentes culturas. As reflexões embasadas em dados científicos sobre os novos modelos de configurações familiares presentes na sociedade atual, e suas implicações para o desenvolvimento e bem estar psicológico das crianças, são não somente importantes como necessárias.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., & Castro, M. G. (2015). Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. *Cadernos Adenauer*, 24, 13-25.
- Abuchaim, B. O., Porto, J. A., & Melo, J. S. (2016). *Importância dos vínculos familiares na primeira infância: Estudo II*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Recuperado em 14 de setembro de 2022. https://www.mds.gov.br>WP_VinculosFamiliares
- Alves, A. P., & Arpini, D. M. (2017). A conjugalidade e os conflitos vivenciados a partir do recasamento. *Pensando Famílias*, 21(1), 3-19. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a02.pdf>.
- Anjos, J., Gomes, L., Oliveira, M., & Silva, H. (2019). Crenças e atitudes sobre a velhice: Infância, adolescência, avós e a intergeracionalidade. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, 16(1), 100-104. <https://doi.org/10.5335/rbceh.v16i1.9765>.
- Antunes, S. A. F. (2016). *As crianças perante as novas famílias: famílias monoparentais vs famílias tradicionais. Um estudo exploratório* [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. <http://hdl.handle.net/10174/19413>.
- Araújo, A. C. L. (2019). *Troca intergeracional entre avós e netos: um olhar da Terapia Ocupacional* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade de Brasília, Brasília-DF. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22734/1/2018_AnaCarolineLaurentinoAraujo.pdf.
- Araújo, G. M. S., & Aiello, A. L. R. (2013). Rede social de apoio de mães com deficiência intelectual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 752-761. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400016>.
- Arrais, A. L., & Vieira-Santos, S. (2021). Envolvimento paterno em pais de crianças em idade escolar: relação com estresse parental, apoio social e variáveis sociodemográficas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, e37313. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e37313>
- Arrais, R. H., Gomes I. C., & Campos, E. M. P. (2019). A monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: Estudo de revisão integrativa. *Revista SPAGESP*, 20(1), 39-53. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100004&lng=pt.

- Arriagada, I. (2009). La diversidad y desigualdade de las familias latino-americanas. *Revista Latino-americana de Estudos de Família*, 1, 9-21. http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/juridicasysoc-uc/20190206081428/Rlefl_completa.pdf URL.
- Bernardi, D., Dias, M. V., Machado, R. N., & Féres-Carneiro, T. (2016). Definindo fronteiras no recasamento: Relato de uma experiência clínica. *Pensando Famílias*, 20(2), 43-55. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n2/v20n2a04.pdf>.
- Brasil (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008*. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518231>.
- Costa, J. M., & Dias, C. M. S. B. (2012). Famílias recasadas: Mudanças, desafios e potencialidades. *Psicologia: Teoria e Prática*, 14(3), 72-87. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v14n3/v14n3a06.pdf>.
- Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 202-219. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010>.
- Dessen, M. A., & Cerqueira-Silva, S. (2009). Desenvolvendo sistemas de categorias com dados de entrevistas. In L. Weber, & M. A. Dessen (Eds.), *Pesquisando a família: Instrumentos para coleta e análise de dados* (pp. 43-56). Juruá.
- Dias, M. B. (2017). *Manual de direito das famílias*. Juspodivm.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2009). *Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009*. Brasília-DF: Ministério da Justiça. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/112010.htm#
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira-2016. *Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*, (36). <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>
- Landim, I., & Borsa, J. C. (2019). Concepções de família: Um estudo sobre as representações gráficas de crianças cariocas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2), 503-521. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.44284>.
- Louro, G. (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª. ed.). Autêntica.
- Mcgoldrick, M., & Carter, B. (1995). Constituindo uma família recasada. In B. Carter, & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar* (pp. 345-369). Artes Médicas.
- Moreira, L. V. C., Rabinovich, E. P., & Silva, C. N. (2009). Olhares de crianças baianas sobre família. *Paideia*, 19(42), 77-85. <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n42/10.pdf>.
- Oliveira, I., & Mello, M. M. (2016). A imaginação das crianças diante do papel das madrastas nos contos de fadas. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul-Diadora*, 5(1), 20-25. <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/120/125>
- Oliveira, N. H. D. (2009). *Recomeçar: família, filhos e desafios*. Cultura Acadêmica. <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109125/ISBN9788579830365.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- Paixão, F. J. D. (2013). *Percepções e sentimentos de adolescentes criados por avós* [Dissertação de mestrado, Universidade de Fortaleza]. <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=96482>.
- Passos, M. C. (2007). A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. *Revista Mental*, 5(9), 117-130. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272007000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Ribeiro, F. S., & Cruz, F. M. L. (2013). Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. *Psicologia e Sociedade*, 25(3), 612-622. <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/15.pdf>.
- Rizzoto, J. S., França, M. T. A., & Frio, G. S. (2018). Os arranjos familiares importam no momento de decidir em qual rede de ensino matricular os filhos? *Revista Brasileira de Estudos de População*, 35(1), e0066. <https://dx.doi.org/10.20947/S102-3098a0066>
- Saboia, A. L., Cobo, B., & Matos, G. G. (2012). *Desafios e possibilidade da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para investigação de família no censo 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv58987.pdf>
- Santos, C. V. M., Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). Cuidado parental igualitário: Revisão de literatura e construção conceitual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35311. <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35311>.
- Santos, J. B., & Santos, M. S. C. (2009). Família monoparental brasileira. *Revista Jurídica*, 10(92), pp. 01-30. https://emescam.br/wp-content/uploads/2021/05/rees_006.pdf
- Solari, S. S. (2017). Cuidados y subjetivación de género. Un análisis de discurso de las mujeres que constituyen hogares monoparentales con hijos pequeños. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 7(1), 141-168. <http://www.scielo.edu.uy/pdf/pcs/v7n1/1688-7026-pcs-7-01-00141.pdf>
- Vieira, L., Neumann, A. P., & Zordan, E. P. (2019). O divórcio e o recasamento dos pais na percepção dos filhos adolescentes. *Pensando famílias*, 23(1), 121-136. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Yassue, I. (2010). *A família na Constituição Federal de 1988. A nova perspectiva do Direito de Família "Civil-Constitucional" engloba valores e princípios mais abrangentes, alcançando direitos fundamentais*. Recuperado em 14 de setembro de 2022. <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5640/A-familia-na-Constituicao-Federal-de-1988>

Declaração de disponibilidade de dados

O autor não autoriza a divulgação de dados da pesquisa.

Editor Responsável

Asdrubal Borges Formiga Sobrinho

Autor Correspondente

Lyege de Lima Borges Bastos

E-mail: lyege.bastos@ucsal.edu.br

Submetido em

16/09/2022

Aceito em

16/11/2022